

XVIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA

SEGUNDA ETAPA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – Enquanto não proferida sentença de mérito, o autor poderá, a qualquer momento, desistir da ação, independentemente do consentimento do réu.

II – Segundo o entendimento jurisprudencial dominante, a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu.

III – A extinção do processo, em razão de perempção, não obsta a que o autor intente de novo ação. A petição inicial, todavia, não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários do advogado.

IV – Ao dispor, no art. 294, que “Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas em lei”, o Código de Processo Civil consagrou os princípios da estabilidade objetiva da demanda e da *perpetuatio legitimationis*.

Quais estão corretas?

- (a) II e IV
- (b) Todas as alternativas estão corretas
- (c) I, II e IV
- (d) II, III e IV
- (e) Apenas a IV

52. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – O juiz dará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele. A nomeação de curador faz dispensável a intervenção do Ministério Público nas causas de incapazes.

II – Cumprido ao juiz verificar *ex officio* as questões relativas à capacidade das partes e à regularidade de sua representação nos autos, por se tratar de pressupostos de validade da relação processual.

III – Ao determinar, no art. 126, que “O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei”, o Código de Processo Civil consagrou o princípio da inevitabilidade da jurisdição.

IV – O princípio da adstrição do juiz ao pedido da parte não permite ao julgador condenar o réu a pagar juros legais, correção monetária e honorários advocatícios sem que haja pedido expreso do autor.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas uma proposição está correta
- (b) Apenas duas proposições estão corretas
- (c) Apenas três proposições estão corretas
- (d) Todas as proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão erradas

53. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – A regra geral é de que compete ao réu adiantar as despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

II – A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. A verba honorária, contudo, não será devida nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

III – O Código de Processo Civil brasileiro, no que respeita aos atos processuais, consagrou o princípio da legalidade da forma.

IV – Os atos de citação e a penhora realizados no sábado, sem autorização expressa do juiz, são nulos.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas uma proposição está correta
- (b) Apenas duas proposições estão corretas
- (c) Apenas três proposições estão corretas
- (d) Todas as proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão erradas

54.- CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES :

I – O Código de Processo Civil prevê expressamente a fungibilidade entre medida cautelar e medida antecipatória da tutela.

II – As *astreintes* podem ser fixadas pelo juiz de ofício para garantir a efetividade da tutela antecipada.

III – Segundo o Código de Processo Civil, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, desde que haja requerimento da parte, determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

Quais estão corretas?

- (a) Somente a I
- (b) Somente a I e II
- (c) Somente a II e III
- (d) Somente a I e III
- (e) Todas estão corretas

55. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – O princípio da *perpetuatio jurisdictionis* incide somente sobre a competência relativa.

II – Havendo conexão ou continência, o juiz, desde que haja requerimento da parte, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

III – Pelo princípio da causalidade, que informa o processo civil, as partes devem produzir, de uma só vez, todas as alegações e requerimentos nas fases processuais correspondentes, ainda que as razões sejam excludentes e incompatíveis umas com as outras.

IV – A relação que se estabelece entre o direito material e o direito processual é de instrumentalidade.

Quais estão corretas?

- (a) Todas estão corretas
- (b) I, III e IV
- (c) Somente I e IV
- (d) Somente a IV
- (e) Nenhuma

56. Existe uma categoria de princípios de direito processual, que, segundo a doutrina, são denominados princípios informativos ou formativos. Na lição de NELSON NERY JÚNIOR “são considerados como axiomas, pois prescindem de demonstração. Não se baseiam em outros critérios que não os estritamente técnicos e lógicos, não possuindo praticamente nenhum conteúdo ideológico. São princípios universais e praticamente incontrovertidos”.

Assinale a alternativa que não contém nenhum desses princípios:

- (a) lógico, persuasão racional, ampla defesa.
- (b) devido processo legal, jurídico, contraditório.
- (c) publicidade, econômico, verdade real.
- (d) inafastabilidade da jurisdição, inércia da jurisdição, político.
- (e) contraditório, ampla defesa, oralidade.

57. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

- I – Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos mas apenas para contestar e recorrer.
- II – O réu poderá responder o pedido do autor através de contestação, exceção e reconvenção.
- III – A contestação, a reconvenção e a exceção serão oferecidas, simultaneamente, em peças autônomas. A contestação e a reconvenção serão juntadas aos autos principais e exceção será autuada em apenso aos autos principais.
- IV – Quando o réu responde ao autor, tanto pode defender-se no plano da relação processual, como no do direito material. Segundo a doutrina, a alegação de nulidade da citação é exemplo de defesa processual peremptória.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas a II
- (b) Todas estão corretas
- (c) I, II e III
- (d) II e IV
- (e) Apenas a IV

58. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

- I – No direito processual civil, o princípio *iura novit curia* (o juiz conhece o direito) é absoluto e isento de exceções.
- II – Só são admitidas no processo civil as provas lícitas ou moralmente legítimas. O enunciado contempla o princípio da licitude da prova, tido pela doutrina e jurisprudência atuais como absoluto.
- III – Segundo a lei processual civil, não dependem de prova: a) os fatos públicos; b) afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; c) admitidos, no processo, como incontroversos; d) em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

Quais estão corretas?

- (a) Somente a I e III
- (b) Somente I e II
- (c) Somente II e III
- (d) Todas estão corretas
- (e) Nenhuma

59. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – Ao apreciar a prova, o juiz deverá ter em conta que as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, presumem-se verdadeiras em relação aos signatários.

II – Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, somente a confissão judicial pode suprir-lhe a falta.

III – Incumbe o ônus da prova quando: a) se tratar de falsidade de documento, à parte que produziu o documento; b) se tratar de contestação de assinatura, à parte que argüiu a falsidade.

IV – Não merecerá fé o documento, quando em ponto substancial e sem ressalva contiver entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Apenas as proposições I, II e III estão corretas
- (c) Apenas as proposições III e IV estão corretas
- (d) Estão erradas as proposições I e III
- (e) Apenas a proposição I está correta

60. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – O Código de Processo Civil determina, no art. 460, parágrafo único, que a sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional. Pode-se, então, afirmar que o sistema brasileiro não permite em nenhuma hipótese a condenação genérica.

II – A norma processual civil prevê a ação inibitória para tutelar apenas as obrigações de fazer e não fazer.

III – Ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la: a) para lhe corrigir, desde que haja requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo; b) por meio de embargos de declaração.

Quais estão corretas?

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Apenas I e III
- (c) Apenas II e III
- (d) Nenhuma
- (e) Apenas a III

61. Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao devedor, que prazo este terá para exercer a opção e realizar a prestação, se outro prazo não lhe foi determinado em lei, no contrato ou na sentença?

Indique a alternativa correta:

- (a) 10 dias (CPC, art. 571)
- (b) 05 dias
- (c) 15 dias
- (d) 30 dias
- (e) nenhuma resposta está correta

62. Fulano de Tal foi condenado, em sentença trânsita em julgado, a prestar alimentos a vítima tornada inválida, em razão de ato ilícito. Como garantia do cumprimento da obrigação, ofereceu um imóvel de sua propriedade. No que diz respeito à indisponibilidade desse patrimônio é correto afirmar que:

- (a) persistirá somente até a maioridade da vítima.
- (b) cessará quando a vítima completar 65 anos.
- (c) cessará, em regra, com a morte da vítima.
- (d) cessará se houver penhora do imóvel, deferida em processo de execução.
- (e) as letras “a” e “d” estão corretas.

63. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – A sentença proferida em ação de conhecimento que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer exige, para seu cumprimento, o ajuizamento de processo de execução.

II - O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo judicial ou extrajudicial, será citado para, dentro de 10 dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo, apresentar embargos.

III – O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é absolutamente impenhorável.

IV – Para valer-se do benefício de ordem, o sócio executado deverá nomear bens da sociedade, sitos na mesma comarca, livres e desembargados, quanto bastem para pagar o débito. O sócio que sofrer a execução e saldar o débito ficará subrogado nos direitos do credor e poderá executar a sociedade nos autos do mesmo processo.

Quais estão corretas?

- (a) Todas estão corretas
- (b) Apenas I e II
- (c) I, II e III
- (d) I, II e IV
- (e) Apenas a IV

64. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

Segundo a legislação processual civil, a petição escrita em que o requerente pleitear medida cautelar preparatória deverá conter necessariamente os seguintes requisitos:

- (a) a autoridade judiciária, a que for dirigida; a qualificação completa do requerente e requerido; a lide e seu fundamento; a exposição circunstanciada do direito ameaçado e o receio da lesão; as provas que serão produzidas.
- (b) a autoridade judiciária, a que for dirigida; a qualificação completa do requerente e requerido; a lide e seu fundamento; a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão; as provas que serão produzidas.
- (c) a distribuição por dependência; a qualificação completa do requerente e requerido; a lide e seu fundamento; a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão; as provas que serão produzidas.
- (d) a autoridade judiciária, a que for dirigida; a qualificação completa do requerente e requerido; a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão, sendo faculdade da parte indicar as provas que serão produzidas.
- (e) nenhuma das alternativas acima está correta.

65. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico ou econômico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

II – A denunciação da lide é obrigatória aos devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

III – Conforme o Código de Processo Civil, é admissível o chamamento ao processo daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Quais estão corretas?

- (a) Todas estão corretas
- (b) Somente a II e III
- (c) Somente a I
- (d) Somente I e II
- (e) Nenhuma

DIREITO CONSTITUCIONAL

66. CONSIDERE AS ASSERTIVAS ABAIXO:

I – A lei ordinária poderá alterar o prazo da licença-paternidade, fixado pela Constituição Federal em cinco dias.

II – O dispositivo constitucional que assegura aos trabalhadores urbanos e rurais aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é norma de eficácia contida.

III - A proteção em face da automação, na forma da lei, prevista no art. 7º, da Constituição Federal de 1988, não foi, até o momento, alvo de qualquer regulamentação por parte do legislador ordinário.

IV – A norma insculpida no art. 7º, I, da Constituição Federal, que garante, a trabalhadores urbanos e rurais, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa permite que o legislador ordinário adote a estabilidade como regra geral.

Quais são corretas?

- (a) Todas estão corretas
- (b) I, II e III
- (c) Apenas a I
- (d) II e III
- (e) Apenas I e IV

67. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - O princípio da proporcionalidade, que tem como subprincípios a pertinência ou aptidão, a necessidade e a proporcionalidade *strictu sensu*, embora não esteja explicitado na Constituição Federal brasileira, é considerado, pela doutrina pátria, como princípio constitucional.

II – O princípio da divisão de poderes foi inscrito na Constituição Federal de 1988 como um dos princípios fundamentais que ela adota e tem caráter absoluto.

III – A Constituição Federal consagra, especificamente, no que respeita ao Direito do Trabalho, os princípios da não-discriminação e da irredutibilidade do salário.

IV – O princípio da inviolabilidade do domicílio consiste na proibição de na casa penetrar sem consentimento do morador, a não ser em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro ou, em qualquer hora do dia ou da noite, por determinação judicial.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas uma proposição está correta
- (b) Apenas duas proposições estão corretas

- (c) Apenas três proposições estão corretas
- (d) Todas as proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão erradas

68. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados. Segue o mesmo rito do mandado de segurança individual. As associações, para impetrá-lo, deverão obter expressa autorização de seus membros.

II - A ação popular pode ser proposta por qualquer cidadão, inclusive o Ministério Público, e visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural. Em caso de improcedência, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

III -O *habeas data* é remédio constitucional que tem por finalidade assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim entendidas inclusive instituições de cadastramento de dados pessoais para controle ou proteção do crédito. Os processos de *habeas data* terão prioridade sobre todos os atos judiciais e o impetrante estará isento de custas judiciais.

IV – O mandado de injunção é remédio constitucional, da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, cabível quando haja omissão de norma regulamentadora necessária para tornar viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Quais estão corretas?

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Estão corretas apenas as proposições I e IV
- (c) Estão corretas as proposições I, III e IV
- (d) Apenas a proposição I está correta
- (e) Estão corretas as proposições II, III e IV

69. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II – A investidura em cargo público, inclusive em comissão, ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e

títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

III – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

IV – As funções de confiança, na administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podem ser exercidas por pessoas estranhas aos quadros do funcionalismo.

Quais estão corretas?

- (a) Nenhuma
- (b) Apenas a III e IV
- (c) Apenas I e III
- (d) Apenas a I, II e IV
- (e) Todas estão corretas

70. Considere as proposições abaixo:

I - O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Cada legislatura terá a duração de oito anos.

II - Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

III - O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

IV - Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

V - A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Há somente uma proposição correta
- (b) Há somente duas proposições corretas
- (c) Há somente três proposições corretas
- (d) Há somente quatro proposições corretas
- (e) Nenhuma das proposições está correta

71. Considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, pode-se afirmar que:

I - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

II - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

III - Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e que tenham mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos acima mencionados.

IV - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão corretas.
- (b) Apenas a proposição I está incorreta.
- (c) Apenas a proposição II está incorreta.
- (d) Apenas a proposição III está correta.
- (e) Apenas a proposição IV está incorreta.

72. Segundo a Constituição Federal, a ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta por:

- (a) Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Procurador Geral da República; partido político com representação no Congresso Nacional.
- (b) Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Mesa da Câmara dos Deputados; Procurador-Geral da República.
- (c) Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Mesa da Câmara dos Deputados; Procurador-Geral da República; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (d) Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Mesa da Câmara dos Deputados; Procurador-Geral da República; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Confederação Sindical;
- (e) Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Mesa da Câmara dos Deputados; Procurador-Geral da República; Confederação Sindical; entidade de classe de âmbito nacional.

73. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão:

- I – eficácia “erga omnes”.
- II – apenas eficácia “inter partes”.
- III – efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- IV – efeito vinculante em relação ao Poder Executivo.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Estão incorretas as proposições II e III
- (b) Estão corretas apenas as proposições I e IV
- (c) Estão incorretas as proposições II e IV
- (d) Apenas a proposição II está incorreta.
- (e) As proposições II, III e IV estão incorretas.

74. Sobre os métodos de interpretação constitucional, considere as seguintes proposições:

I – o método *tópico-problemático* parte das seguintes premissas: (1) caráter prático da interpretação constitucional; (2) caráter aberto, fragmentário ou indeterminado da lei constitucional e (3) preferência pela discussão do problema em virtude da abertura das normas constitucionais que não permitam qualquer dedução subsuntiva a partir delas mesmo.

II – o método *jurídico* preconiza que, para desvendar o sentido das normas constitucionais, devem ser utilizados os cânones ou regras tradicionais da hermenêutica, quais sejam: (1) o elemento filológico, também chamado sistemático; (2) o elemento lógico; (3) o elemento teleológico e o (4) elemento genético.

III - o método *hermenêutico-concretizador*; cuja teorização fundamental é devida a K. Hesse, realça os seguintes pressupostos da tarefa interpretativa: (1) subjetivos, em razão de que o intérprete desempenha um papel criador na obtenção do sentido do texto constitucional, (2) objetivos, isto é, o contexto, atuando o intérprete como operador de mediações entre o texto e a situação em que se aplica e (3) relação entre texto e contexto com a mediação criadora do intérprete.

IV – Quanto ao método *científico-espiritual* (também chamado valorativo ou sociológico), suas premissas básicas fundamentam-se na necessidade de a interpretação da Constituição ter em conta: (1) as bases de valoração subjacentes ao texto constitucional e (2) o sentido e a realidade da constituição como elemento do processo de integração.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas três proposições estão corretas
- (b) Apenas duas proposições estão corretas

- (c) Apenas uma proposição está correta
- (d) Todas as proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão erradas

75. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

A busca do pleno emprego, a propriedade privada, a livre concorrência, a soberania nacional, a defesa do consumidor constituem:

- (a) direitos fundamentais do cidadão
- (b) princípios da política urbana e fundiária
- (c) princípios da ordem social e constitucional
- (d) princípios gerais da atividade econômica (correto, cf. art. 170 da CF)
- (e) princípios programáticos da política de desenvolvimento urbano

DIREITO ADMINISTRATIVO

76. Sobre o abuso de autoridade definido na Lei 4898/65, é correto afirmar que:

I - Recebida a representação em que for solicitada a aplicação de sanção administrativa, a autoridade civil ou militar competente determinará a instauração de inquérito para apurar o fato. O processo administrativo poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

II – Havendo condenação na esfera criminal, não será cabível sanção administração, por aplicação do princípio do *non bis in idem*.

III - Considera-se autoridade, para os efeitos da Lei 4898/65, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

IV - O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal.

- (a) Estão corretas somente as alternativas I, III e IV
- (b) Estão corretas somente as alternativas I e IV
- (c) Estão corretas somente as alternativas II e III
- (d) Estão corretas somente as alternativas III e IV
- (e) Estão corretas somente as alternativas II e IV

77. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – Nos termos do previsto na Constituição Federal, as autarquias somente podem ser criadas por lei complementar. Seus bens são inalienáveis, insuscetíveis de usucapião e de penhora.

II – As agências reguladoras são autarquias especiais. Nos termos da legislação própria, seus Conselheiros e Diretores têm mandato fixo e somente o perderão em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

III – O regime jurídico dos servidores de empresas públicas poderá ser trabalhista ou estatutário.

IV – Por força de dispositivo constitucional, as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Por isso, não é exigida, para contratação de seus empregados, a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Toda as proposições estão corretas
- (b) Todas as proposições estão erradas
- (c) Apenas uma proposição está correta
- (d) Apenas duas proposições estão corretas
- (e) Apenas três proposições estão corretas

78. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I – À atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses coletivos denomina-se poder regulamentar.

II – No exercício do poder disciplinar a Administração Pública pode impor sanções a particulares não sujeitos à disciplina interna administrativa.

III – As autorizações, atos típicos da polícia administrativa, são expedidas pela Administração Pública no uso de competência exercitável discricionariamente, enquanto as licenças são atos vinculados.

IV – Sendo atributo do poder de polícia a auto-executoriedade, pode a Administração Pública, em todas as medidas por ela adotadas, pôr em execução as suas decisões, com os próprios meios, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário e sem se submeter ao controle deste.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão erradas
- (b) Apenas uma proposição está correta
- (c) Apenas duas proposições estão corretas

- (d) Apenas três proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão corretas

79. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

- I – A Constituição Federal assegura ao servidor público o direito à livre associação sindical.
- II – Aos militares dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e aos membros das Forças Armadas a Constituição Federal assegura o direito à livre associação sindical mas proíbe a greve.
- III – A Constituição Federal assegura ao servidor público o direito de greve, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- IV – O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais poderá optar pelo regime geral da previdência social previsto para o trabalhador privado.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas a alternativa I está correta
- (b) Todas as alternativas estão corretas
- (c) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas
- (d) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas
- (e) Apenas a alternativa III está correta

80. Sobre a teoria dos “motivos determinantes”, pode-se afirmar que:

- I - Quando os atos administrativos tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.
- II - Havendo desconformidade entre os motivos determinantes e a realidade, o ato é inválido.
- III – Quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele será válido mesmo se os motivos não forem verdadeiros.

Assinale a alternativa verdadeira:

- (a) Apenas as proposições I e III estão corretas
- (b) Apenas as proposições II e III estão corretas
- (c) Apenas as proposições I e II estão corretas
- (d) Todas as proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão incorretas

81. O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - Em virtude sentença de judicial transitada em julgado.
- II – Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- III – Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas a I
- (b) Apenas a II
- (c) Apenas a III
- (d) Apenas I e II
- (e) Todas estão corretas

82. No que respeita aos atos administrativos, é correto afirmar que:

- I – Para a prática do ato administrativo a competência é condição primeira de sua validade. A competência administrativa é intransferível e improrrogável pela vontade dos interessados.
- II – A competência administrativa em nenhuma hipótese pode ser delegada ou avocada.
- III – A doutrina indica como atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.
- IV – Permissão é o ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público faculta ao particular a execução de serviços de interesse coletivo, ou o uso especial de bens públicos, a título gratuito ou remunerado, nas condições estabelecidas pela Administração.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão incorretas
- (b) Todas as proposições estão corretas
- (c) Apenas uma proposição está correta
- (d) Apenas duas proposições estão corretas
- (e) Apenas três proposições estão corretas

DIREITO PENAL

83. “A”, desafeto de “B”(taxista), com o intuito de prejudicar a imagem deste, confecciona e expõe em rua movimentada um “outdoor” com a seguinte frase: **“Cuidado! ‘B’ é ladrão”**.

Considerando os fatos descritos e a disciplina legal dos crimes contra a honra, é correto afirmar que:

I – O crime cometido por “A”, na conduta acima descrita, admite exceção da verdade.

II – Na difamação é sempre cabível a exceção da verdade.

III – Não há previsão legal de crime de injúria qualificada.

IV – A ofensa contra servidor público, no exercício de suas funções, é tipificada como crime de injúria.

V – Na injúria não se admite a exceção da verdade, salvo se o ofendido é servidor público e a ofensa se deu em razão da função.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Há apenas uma proposição correta
- (b) Há apenas duas proposições corretas
- (c) Há apenas três proposições corretas
- (d) Todas as proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão incorretas

84. Dos tipos penais abaixo relacionados, não se enquadra(m) como crime(s) contra a Administração da Justiça:

- I- denúncia caluniosa;
- II- falso testemunho;
- III- patrocínio simultâneo ou tergiversação;
- IV- fraude à execução;
- V- falsificação de selo ou sinal público.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas I e III
- (b) Apenas IV e V
- (c) Apenas II e V
- (d) Apenas III e IV
- (e) Apenas I e V

85. “A”, previamente ajustado com “B”, subtrai dinheiro de empresa pública, valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo que nela exerce, circunstância esta, entretanto, desconhecida de “B”.

Atendidos esses fatos e a legislação pertinente, é correto afirmar que:

- I- “A” cometeu crime de peculato.
- II- Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- III- “A” cometeu crime de apropriação indébita.
- IV- “B” cometeu crime de peculato.
- V- “B” cometeu crime de peculato culposo.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Somente as proposições I e II estão corretas
- (b) Somente as proposições II e III estão corretas
- (c) Somente a proposição I está correta
- (d) Somente as proposições I e IV estão corretas
- (e) Nenhuma das proposições está correta

86. Nos termos da legislação penal vigente, é correto afirmar que:

- I- A frustração de direito assegurado por lei trabalhista (Art. 203 do Código Penal) é norma penal em branco e exige que o direito frustrado seja irrenunciável.
- II- A conduta do empregador que, por negligência, insere dado falso na carteira de trabalho de seu empregado é penalmente irrelevante.
- III- No crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP) a conduta do agente é omissiva.
- IV- Haverá causa de diminuição da pena se o agente, no caso de crime de sonegação de contribuição previdenciária, mesmo após o início da execução fiscal, mas antes do recebimento da denúncia, espontaneamente declara e confessa as contribuições e presta as informações devidas à Previdência Social.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Apenas três proposições estão corretas
- (c) Apenas duas proposições estão corretas
- (d) Apenas uma proposição está correta
- (e) Todas as proposições estão erradas

87. Atendidos os termos da legislação penal vigente, considere as seguintes proposições:

- I - Comete o crime de falso testemunho quem faz afirmação falsa, nega ou cala a verdade, como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial ou administrativo, inquérito policial, ou em Juízo Arbitral.
- II - No falso testemunho, deixa de ser punível o delito quando há retratação do agente antes do trânsito em julgado da sentença no processo em que ocorreu o ilícito.
- III - Comete o crime de fraude processual o agente que tirar, suprimir, destruir ou danificar coisa própria, que se acha em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção.
- IV - Não são considerados crimes a tentativa de suicídio e a auto-acusação, perante a autoridade, de crime inexistente.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Há somente uma proposição correta
- (b) Há somente duas proposições corretas
- (c) Há somente três proposições corretas
- (d) Nenhuma proposição está correta
- (e) Todas as proposições estão corretas

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

88. Não é privativo de brasileiro nato o cargo:

- (a) De Vice-Presidente da República
- (b) De Governador de Estado
- (c) De Presidente da Câmara dos Deputados
- (d) De oficial das Forças Armadas
- (e) Da carreira diplomática

89. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES

I – A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão supremo da Organização Internacional do Trabalho, responsável pela elaboração da regulamentação internacional do trabalho e dos problemas que lhe são conexos. Para tal fim pode adotar apenas dois tipos de instrumentos, quais sejam, a convenção e a recomendação.

II – Tanto as convenções como as recomendações são objeto de ratificação pelos Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho. Uma vez ratificados, devem integrar a respectiva legislação nacional.

III – Desde que já vigore internacionalmente, a convenção obrigará o Estado-Membro em relação à Organização Internacional do Trabalho doze meses após a data em que registrar a respectiva ratificação.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas a I
- (b) Apenas a II
- (c) Apenas a III
- (d) Apenas II e III
- (e) Todas estão corretas

90. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES

I – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile celebraram, em 26 de março de 1991, na cidade de Assunção, o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum do Sul.

II – Pode ser membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) qualquer Estado, membro das Nações Unidas, que comunique ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho sua aceitação formal das obrigações contidas na Constituição da OIT.

III - A garantia da imunidade de jurisdição consagrada no Direito Internacional, segundo a atual jurisprudência brasileira, quando se tratar de litígios trabalhistas, é relativa.

IV – No que concerne à norma jurídica a ser aplicada à relação de emprego, o princípio da *lex executionis*, reconhecido pela Convenção de Direito Internacional Privado de Havana, ratificada pelo Brasil, foi expressamente assimilado pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

Quais estão corretas?

- (a) Todas estão corretas
- (b) Apenas I, III e IV
- (c) Apenas II e III
- (d) Apenas II, III e IV
- (e) Apenas III e IV

DIREITO COMERCIAL

91. O pedido de concordata, em uma sociedade limitada, depende:

- (a) da vontade do sócio majoritário.
- (b) de deliberação da maioria simples dos sócios.
- (c) de deliberação por maioria de votos dos sócios contados segundo o valor das cotas de cada um.
- (d) de deliberação do sócio majoritário, desde que acompanhado por mais de um quinto dos demais sócios.
- (e) de deliberação do sócio majoritário, desde que acompanhado por mais de um terço dos demais sócios.

92. Publicados os atos relativos à incorporação de uma sociedade por outra, o credor anterior, por ela prejudicado, terá qual prazo para promover judicialmente a anulação?

- (a) 45 dias.
- (b) 30 dias.
- (c) 06 meses.
- (d) 90 dias.
- (e) 03 meses.

93. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

Na composição da tripulação de aeronave brasileira em serviço aéreo internacional:

- a) Deverão ser empregados exclusivamente comissários brasileiros, natos ou naturalizados.
- b) Poderão ser empregados comissários estrangeiros, sem limitação de seu número a bordo da mesma aeronave.
- c) Poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o seu número não exceda dois terços dos comissários a bordo da mesma aeronave.
- d) Poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o seu número não exceda metade dos comissários a bordo da mesma aeronave.
- e) Poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o número não exceda um terço dos comissários a bordo da mesma aeronave.

94. De acordo com o que prescreve o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- I- Foi adotada, no que diz respeito à responsabilização do fornecedor pelo fato do produto, a teoria do risco integral.
- II- A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- III- Na conceituação dos interesses ou direitos *difusos*, optou-se pelo critério da indeterminação dos titulares e da inexistência entre eles de relação jurídica base, no aspecto subjetivo, e pela indivisibilidade do bem jurídico, no aspecto objetivo.
- IV- A inversão do ônus da prova somente será cabível quando forem satisfeitos, concomitantemente, dois pressupostos: a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência econômica do consumidor.
- V- A homogeneidade e a origem comum são requisitos necessários à tutela de direitos individuais a título coletivo.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Há apenas uma proposição correta
- (b) Há apenas duas proposições corretas
- (c) Há apenas três proposições corretas
- (d) Há apenas quatro proposições corretas
- (e) Todas as proposições estão corretas

95. De acordo com o que prescreve o Código de Defesa do Consumidor, é incorreto afirmar que:

- (a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviço como destinatário final.

- (b) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- (c) Para os efeitos da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.
- (d) Para os fins das práticas comerciais e da proteção contratual, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas.
- (e) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade apenas quando houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

96. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I.- Não tendo o segurado direito adquirido, é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego e auxílio-acidente.

II – São princípios que regem a Previdência Social, dentre outros, a universalidade de participação nos planos previdenciários e a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

III – Independem de carência as seguintes prestações, dentre outras: pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.

IV – Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.

Quais estão corretas?

- (a) Todas estão corretas
- (b) Apenas três proposições estão corretas
- (c) Apenas duas proposições estão corretas
- (d) Apenas uma proposição está correta
- (e) Todas as proposições estão erradas

97. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES

I – Se o pai e mãe forem segurados empregados ou avulsos, cada qual terá direito ao salário-família.

II – A lei considera acidente do trabalho também as doenças profissionais, que são as causadas por agentes físicos, químicos ou biológicos inerentes a certas funções ou atividades e a doença do trabalho, que é a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente, desde que constante da relação mencionada no Anexo II do Decreto 3.048/99.

III – As mesopatias não relacionadas no Anexo II do Decreto 3.048/99 não serão consideradas acidente do trabalho.

IV – Nos termos da legislação vigente, cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Apenas I e II estão corretas
- (c) Apenas I, II e III estão corretas
- (d) Apenas I, II e IV estão corretas
- (e) Apenas II e III estão corretas

98. CONSIDERE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

I - À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade , pago diretamente pela Previdência Social, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

II – O trabalhador terá direito a três parcelas do benefício do seguro-desemprego, se comprovar o vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo 6 meses e no máximo 11 meses, no período de referência.

III – Se o trabalhador passar a perceber qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, o pagamento do benefício do seguro-desemprego será suspenso.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas a I
- (b) Apenas a II
- (c) Apenas I e II
- (d) Apenas a III
- (e) Todas estão corretas

99. Sobre o modelo constitucional acerca da seguridade social pode-se dizer que:

I - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

II – Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, dentre outros: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; caráter democrático e descentralizado da administração.

III – A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

IV - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as proposições estão corretas
- (b) Apenas uma proposição está correta
- (c) Apenas duas proposições estão corretas
- (d) Apenas três proposições estão corretas
- (e) Todas as proposições estão erradas

100. Segundo o art. 118 da Lei 8.213/91, o segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, pelo prazo mínimo de doze meses:

- (a) contado da data do acidente
- (b) contado da data de início do recebimento do auxílio-doença acidentário
- (c) contado da cessação do auxílio-doença acidentário
- (d) contado da data da emissão do CAT (Comunicado de Acidente do Trabalho)
- (e) nenhuma resposta está correta